


Conselho aprova Licença Prévia para megaempreendimento na Serra da Moeda

Conselho aprova Licença Prévia para megaempreendimento na Serra da Moeda

Por 10 votos a dois, Câmara de Atividades de Infraestrutura de Transporte, Saneamento e Urbanização (CIF) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) concordou com viabilidade das intervenções; Licença de Instalação (LI) ainda trava operação das máquinas

 Gabriel Ronan



 Vista da Serra da Moeda, na área escolhida para abrigar o empreendimento CSul

Na votação desta quarta, somente os representantes da Organização Ponto Terra e da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) votaram contrariamente ao projeto. “A questão primordial é que não existe a comprovação da disponibilidade hídrica para o empreendimento como um todo. Isso tudo é reconhecido pelos órgãos ambientais, que exigiram estudos complementares. Essa viabilidade hídrica precede a licença prévia. O órgão ambiental entende que isso pode ser postergado, mas eu divirjo

veementemente disso. É como você dar um cheque branco ao empreendedor”, afirma o advogado Gustavo Tostes, que representa a ONG Ponto Terra.

Quem também se posiciona contrariamente é a ONG Abrace a Serra da Moeda. De acordo com Cleverson Vidigal, coordenador da entidade, o julgamento favorável representa uma “decepção”. “Agora nós vamos discutir com nosso corpo jurídico, para vermos se cabe alguma ação cível. Isso será discutido internamente”, explica Segundo ele, a preocupação aumenta ainda mais quanto às condicionantes de monitoramento das obras, que também não foram aprovadas na eleição de ontem.

Apesar da preocupação dos ambientalistas, de acordo com a Semad, os estudos aconteceram “de maneira inovadora”, pois “é a primeira vez que um loteamento, cuja previsão de ocupação é de mais de 50 anos, teve todas as suas etapas de instalação avaliadas, em um processo de análise integrada”.

Mesmo com o avanço, as máquinas ainda não podem começar a operar no local. O projeto ainda depende liberação da Licença de Instalação (LI), que autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações constantes nos planos, programas e projetos aprovados. A LI é o próximo passo do processo e inclui as medidas de controle ambiental e as condicionantes.

Pelo projeto, uma área de 2.015,30 hectares receberá o CSul, que contempla o planejamento integrado de uma centralidade metropolitana, que poderá reunir 150 mil pessoas durante décadas de desenvolvimento. Lá, serão abrigados terrenos de usos mistos, multifamiliar, unifamiliar, empresarial, tecnológico, comercial, de serviços e logística.

As obras estão previstas para ser implantadas em quatro fases, com término estimado até 2065. Segundo a Semad, para cada uma dessas etapas, será exigida, em caso de licenciamento, a demonstração de disponibilidade hídrica que seja capaz de não gerar impactos no abastecimento público de BH e da RMBH.

A reportagem tentou contato com o CSul, mas não obteve o posicionamento. Caso o empreendimento responda, essa matéria será atualizada.